



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa/Judiciária
Sem Especialidade



Prova Grupo M, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Considere as afirmações que se seguem:
- I. É dispensável a licitação quando não acudirem interessados ao certame anterior e este, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
 - II. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, a firma-líder representa juridicamente as demais integrantes do consórcio, posto que este possui personalidade própria.
 - III. A modalidade de licitação denominada convite somente admite a participação de interessados previamente cadastrados no órgão competente.
 - IV. O pregão, modalidade de licitação, é destinado à aquisição de bens e serviços comuns.
- É correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e IV, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.

2. A imperatividade corresponde ao
- (A) atributo pertinente ao objeto ou conteúdo que proporciona a produção de efeito jurídico imediato do ato administrativo.
 - (B) requisito ou elemento mediante o qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela Administração.
 - (C) elemento pelo qual o ato administrativo se amolda à situação de fato que impõe a sua prática.
 - (D) requisito pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei.
 - (E) atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.

3. Com relação ao processo disciplinar instaurado para apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido, é correto afirmar:
- (A) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
 - (B) o prazo improrrogável para a conclusão do processo disciplinar é de até 60 (sessenta) dias.
 - (C) o julgamento que exceder o prazo legal fixado na lei implica nulidade insanável do processo disciplinar.
 - (D) extinta a punibilidade pela prescrição, é vedado o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
 - (E) achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, o processo administrativo será suspenso por até 2 (dois) anos, não se admitindo a citação por edital.

4. Quanto à revisão do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que
- (A) dar-se-á a revisão, também, quando houver simples alegação de injustiça da penalidade aplicada.
 - (B) a revisão somente pode ser instaurada a pedido do servidor punido.
 - (C) a revisão pode resultar no agravamento da penalidade quando restar caracterizado o interesse público.
 - (D) a inadequação da penalidade aplicada ao servidor pode ser revista a qualquer tempo.
 - (E) o ônus da prova cabe à autoridade que impôs a pena disciplinar, quando esta consistir em demissão ou cassação de aposentadoria.

5. Quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, ocorre a não observância do requisito de validade do ato administrativo denominado
- (A) finalidade.
 - (B) competência.
 - (C) motivo.
 - (D) forma.
 - (E) objeto.

6. No que tange aos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que
- (A) constitui ilegalidade a alteração das especificações inerentes ao objeto contratual, independentemente de condições supervenientes.
 - (B) é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, exceto quando ao correspondente objeto for a execução de obra.
 - (C) a publicação resumida do instrumento do contrato é condição indispensável para sua eficácia.
 - (D) é permitido ao contratado subcontratar parte da obra ou do serviço até o limite admitido no edital pela Administração.
 - (E) é permitido à Administração Pública modificar, unilateralmente, as cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

7. A inexistência de prisão por dívida é regra geral em nosso sistema constitucional. No entanto, essa espécie de prisão é legítima apenas em duas hipóteses excepcionais:
- (A) inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e depositário infiel.
 - (B) depositário infiel e as demais dívidas de natureza civil que sejam de elevado valor.
 - (C) quaisquer dívidas decorrentes de alimentos e as referentes às falências e concordatas.
 - (D) dívidas de natureza civil reconhecidas em juízo e as gravadas com garantias, como fiança, penhor e hipoteca.
 - (E) dívidas decorrentes de insolvência civil dolosa ou não, e inadimplemento involuntário de obrigação alimentícia.

<p>8. No que se refere ao exercício do voto, considere :</p> <p>I. Consulta posterior sobre determinado ato governamental para ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia, ou, ainda, para retirar-lhe a eficácia.</p> <p>II. Consulta prévia que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser posteriormente discutida pelo Congresso Nacional.</p> <p>Essas consultas dizem respeito, respectivamente , às formas de</p> <p>(A) plebiscito e referendo. (B) sufrágio direto e pesquisa eleitoral. (C) referendo e plebiscito. (D) censo eleitoral e sufrágio indireto. (E) plebiscito e análise política.</p>	<p>11. A Comissão do Congresso Nacional constituída durante o recesso, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária, denomina-se, constitucionalmente de Comissão</p> <p>(A) mista. (B) representativa. (C) permanente. (D) parlamentar de inquérito. (E) de Constituição e Justiça.</p>
<p>9. Dentre outros, são vitalícios a partir da posse no primeiro caso, e após dois anos de exercício, no segundo caso, respectivamente, os</p> <p>(A) juízes federais e juízes do Trabalho; os juízes dos Tribunais de Alçada e dos Tribunais Regionais do Trabalho. (B) juízes dos Tribunais de Alçada e os desembargadores; os juízes federais e os juízes de direito da Justiça dos Estados. (C) juízes auditores da Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados; os juízes dos Tribunais Regionais Federais e desembargadores. (D) desembargadores e os juízes federais; os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho. (E) desembargadores e os juízes de direito da Justiça dois Estados; os juízes do Trabalho e dos Tribunais de Alçada.</p>	<p>12. Considerando as atribuições constitucionais do Presidente da República, é certo que a Constituição Federal adotou expressamente o Presidencialismo ao dispor em seu texto sobre</p> <p>(A) a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. (B) a separação e independência das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. (C) o exercício de suas atribuições como sendo todas elas de Chefe de Governo. (D) o desempenho de suas atribuições como sendo todas elas de Chefe de Estado. (E) suas funções privativas, todas indelegáveis, como sendo o titular da área política-partidária.</p>
<p>10. Dentre outras, NÃO é competência dos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) os juízes da Justiça Militar, de regra, nos crimes de responsabilidade. (B) os <i>habeas data</i> contra ato do próprio Tribunal Regional Federal ou de juiz federal. (C) os <i>habeas corpus</i> quando a autoridade coatora for juiz federal. (D) as revisões criminais e ações rescisórias de julgados dos Tribunais Estaduais ou dos respectivos juízes das comarcas. (E) os membros do Ministério Público da União, nos crimes comuns, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.</p>	<p>13. Paulo herdou um relógio de bolso fabricado em 1930, contendo em sua parte interna gravação feita por seu falecido pai. Esse relógio é um bem</p> <p>(A) fungível, inconsumível e indivisível. (B) fungível, consumível e indivisível. (C) fungível, inconsumível e divisível. (D) infungível, inconsumível e divisível. (E) infungível, inconsumível e indivisível.</p> <p>14. Antonio, vendedor autônomo, vive e reside alternadamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis. Nesse caso, considera-se domicílio de Antonio</p> <p>(A) o lugar onde for encontrado. (B) aquela em que permanecer mais tempo. (C) qualquer dessas cidades. (D) aquela em que residir sua família. (E) aquela onde estiver a sede de seu empregador.</p> <p>15. As associações são</p> <p>(A) pessoas naturais. (B) pessoas jurídicas de direito público interno. (C) pessoas jurídicas de direito público externo. (D) pessoas jurídicas de direito privado. (E) entes despersonalizados.</p>

<p>16. A respeito dos contratos em geral considere as afirmativas:</p> <p>I. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.</p> <p>II. Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.</p> <p>III. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>19. A citação ordenada por juiz incompetente</p> <p>(A) faz litigiosa a coisa.</p> <p>(B) torna prevento o juízo.</p> <p>(C) induz litispendência.</p> <p>(D) interrompe a prescrição.</p> <p>(E) é nula de pleno direito e, por isso, não produz qualquer efeito.</p>
<p>17. Dentre os termos que compete ao escrivão redigir no curso do procedimento, a <u>conclusão</u> corresponde ao ato pelo qual ele certifica</p> <p>(A) o encerramento de um dos volumes que compõem o processo, a fim de que outro seja aberto, com novas autuações.</p> <p>(B) o encerramento do processo, após o trânsito em julgado da decisão.</p> <p>(C) a remessa dos autos ao advogado ou ao Ministério Público, para manifestação sobre algum evento do processo.</p> <p>(D) o recebimento dos autos encaminhados à secretaria pelo juiz, com a decisão da causa.</p> <p>(E) o encaminhamento dos autos ao juiz, para alguma deliberação.</p>	<p>20. Tendo em vista os princípios que informam os juizados especiais federais, é correto afirmar que, no procedimento respectivo, admite-se</p> <p>(A) intervenção obrigatória do Ministério Público.</p> <p>(B) prática de ato processual pela própria parte, sem intervenção de advogado.</p> <p>(C) reexame necessário da sentença proferida contra a Fazenda Pública.</p> <p>(D) denúncia da lide.</p> <p>(E) recurso especial, para o Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>18. Considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.</p> <p>II. Havendo vários réus, o prazo para contestar começará a fluir, para cada um deles, a partir da juntada do respectivo mandado de citação.</p> <p>III. Em caso de citação com hora certa, o prazo só começa a fluir a partir da juntada aos autos do mandado devidamente cumprido.</p> <p>IV. O termo inicial do prazo para a prática do ato processual será computado a partir do dia útil imediatamente subsequente ao da juntada, aos autos, de exemplar da publicação do edital de intimação.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>21. Com relação ao assistente no processo penal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o co-réu no mesmo processo não poderá intervir como assistente do Ministério Público.</p> <p>(B) o assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.</p> <p>(C) ao assistente não será permitido propor meios de prova, nem requerer perguntas às testemunhas.</p> <p>(D) do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.</p> <p>(E) O Ministério Público será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.</p> <p>22. Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, os</p> <p>(A) membros dos Tribunais Regionais Federais.</p> <p>(B) Governadores dos Estados.</p> <p>(C) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.</p> <p>(D) membros dos Tribunais de Contas dos Estados.</p> <p>(E) membros do Tribunal de Contas da União.</p> <p>23. O direito de representação SOMENTE poderá ser exercido</p> <p>(A) mediante declaração escrita feita à autoridade policial competente.</p> <p>(B) mediante declaração escrita feita ao Juiz.</p> <p>(C) mediante declaração escrita feita ao órgão do Ministério Público.</p> <p>(D) pessoalmente ou por procurador com poderes especiais.</p> <p>(E) mediante declaração escrita feita a qualquer autoridade policial.</p>

<p>24. A respeito do inquérito policial, considere as afirmativas:</p> <p>I. Nos crimes de ação pública, a sua instauração sempre dependerá de representação do ofendido ou de seu representante legal.</p> <p>II. No crimes de ação privada, a sua instauração poderá ser determinada pela autoridade policial, de ofício.</p> <p>III. Se o indiciado estiver preso, deverá terminar no prazo de 10 dias contados do dia em que se executar a ordem de prisão.</p> <p>IV. As peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, nesse caso, rubricadas pela autoridade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>27. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à</p> <p>(A) saúde, ao trabalho, à previdência e à assistência social.</p> <p>(B) previdência e à assistência social.</p> <p>(C) previdência social.</p> <p>(D) saúde, à previdência e à assistência social.</p> <p>(E) previdência, à assistência social e ao trabalho.</p>
<p>25. NÃO são obrigados a prestar às autoridades administrativas todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, entre outros, os</p> <p>(A) advogados, quanto aos bens de seus constituintes.</p> <p>(B) comissários, no que diz respeito aos negócios da concordata.</p> <p>(C) inventariantes, quanto às atividades do <i>de cujus</i>.</p> <p>(D) despachantes oficiais, quanto aos bens dos contratantes.</p> <p>(E) síndicos, no que tange as atividades da massa falida.</p>	<p>28. O valor básico utilizado para cálculo da renda mensal do benefício a ser pago ao segurado é denominado de</p> <p>(A) salário mínimo.</p> <p>(B) salário-de-contribuição.</p> <p>(C) salário-de-benefício.</p> <p>(D) contribuição previdenciária.</p> <p>(E) benefício previdenciário.</p>
<p>26. No se refere ao imposto de importação de produtos estrangeiros, é certo que</p> <p>(A) sua materialidade é a saída do território nacional para outro país de produtos nacionais ou nacionalizados.</p> <p>(B) seu aspecto temporal é também a ocasião da arrematação, quando se tratar de produto apreendido ou abandonado.</p> <p>(C) o aspecto valorativo tem como base os registros contábeis, sendo o montante arbitrado ou presumido do produto tributável ou não.</p> <p>(D) seu caráter espacial se apresenta como o lugar da entrada, saída ou permanência do produto estrangeiro.</p> <p>(E) tem como características ser de natureza absolutamente fiscal e estar sujeito à anterioridade da lei.</p>	<p>29. No que diz respeito ao meio ambiente, é certo que</p> <p>(A) é imprescindível a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de qualquer obra.</p> <p>(B) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>(C) os espaços territoriais já fixados como protegidos, podem ser alterados através de Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente.</p> <p>(D) a educação escolar ambiental deverá ser promovida apenas em nível universitário, em face da natureza e complexidade da matéria.</p> <p>(E) não há necessidade de recuperação do meio ambiente degradado se for o caso de exploração de recursos minerais, por tratar-se de ônus governamental.</p> <p>30. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas</p> <p>(A) físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, assim como a obrigação de reparar os danos causados.</p> <p>(B) jurídicas, exclusivamente, a sanções administrativas e civis, visto que não podem ser responsabilizadas em matéria penal.</p> <p>(C) físicas, exclusivamente, a sanções penais e civis, por serem inócuas quaisquer espécies de sanções administrativas.</p> <p>(D) físicas ou jurídicas, a obrigação de reparar integralmente o dano, não se aplicando qualquer sanção de natureza administrativa ou penal.</p> <p>(E) jurídicas, às sanções penais e a obrigação de reparar o dano, não se aplicando a de ordem administrativa que está implícita nas anteriores.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 31 a 39 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O impacto decorrente da incorporação de todas as áreas agrícolas disponíveis na economia brasileira ainda não está claro, mas as apostas são altas. Além de haver largas extensões de terras virgens de onde extrair alimentos, é possível tirar muito mais da que já está sendo usada. Isso se deve ao fato de que, apesar de todo o avanço, o uso de tecnologia ainda é relativamente baixo na lavoura, quando comparado ao cenário dos países desenvolvidos. Uma mudança nesse quadro possibilitaria ganhos expressivos para o país. Hoje, ocupando uma área agrícola relativamente pequena, o Brasil já é uma potência mundial do campo. Temos o maior rebanho comercial bovino, a maior produção de laranja e de café, a segunda maior produção de soja e a terceira de milho. Segundo previsões recentes, a safra brasileira de soja nos próximos anos deve ultrapassar a dos americanos, colocando o país na posição de líder mundial.

Depois de um longo período de estagnação na década de 80, a safra de grãos no Brasil voltou a bater recordes seguidos. Na última, a colheita atingiu 120 milhões de toneladas e, para a próxima, a estimativa é de 130 milhões. Os números mostram que o campo, de patinho feio da economia, se transformou em seu setor mais dinâmico.

A agricultura moderna é a base de uma cadeia econômica altamente diversificada, que movimenta desde a venda de sementes até a indústria de computadores e programas. Segundo o IBGE, o agronegócio já representa 30% do PIB e gera quase 40% dos empregos. Manter esse trem nos trilhos depende de encontrar soluções para uma série de problemas. A competição com os países ricos é feroz. Mais do que isso, o Brasil precisa superar problemas no âmbito interno. As estradas usadas para escoamento da produção são precárias, os portos são pouco eficientes e, para muitos, a legislação ambiental é severa demais. Outro entrave está ligado à propriedade da terra, razão de grandes conflitos no país.

(Adaptado de **Veja**, 3 de março de 2004, p. 79-83)

31. *mas as apostas são altas.*
(início do 1º parágrafo)

A frase indica, considerando-se o contexto, que

- (A) muita gente tenta conseguir área disponível para o cultivo de grãos.
- (B) as perspectivas de maior produção agrícola no Brasil são bem grandes.
- (C) o conhecimento necessário para o cultivo das terras ainda é insuficiente.
- (D) nem sempre a safra brasileira produz bons resultados, apesar da diversidade de produtos.
- (E) a disputa pela posse de terras disponíveis para o cultivo tornou-se arriscada e perigosa.

32. *Uma mudança nesse quadro possibilitaria ganhos expressivos para o país.*
(meio do 1º parágrafo)

De acordo com o texto, a mudança proposta equivaleria

- (A) à tentativa de recuperação da malha ferroviária, para facilitar o escoamento da produção agrícola.
- (B) à preocupação maior com o rebanho bovino e à expansão do comércio com países desenvolvidos.
- (C) ao uso das terras atualmente ocupadas pela criação de gado no cultivo de novos produtos para consumo interno.
- (D) à diversificação da produção agrícola, priorizando culturas que não necessitam de modernos recursos tecnológicos.
- (E) ao cultivo de terras ainda inexploradas e à aplicação intensiva de tecnologia no campo.

33. *Isso se deve ao fato de que, apesar de todo o avanço...*
(meio do 1º parágrafo)

O segmento grifado na frase acima introduz no contexto a noção de

- (A) causa.
- (B) condição.
- (C) restrição.
- (D) inclusão.
- (E) consequência.

34. *Os números mostram que o campo, de patinho feio da economia, se transformou em seu setor mais dinâmico.*
(final do 2º parágrafo)

A opinião transcrita acima baseia-se corretamente nos fatos apontados no texto, que são:

- (A) período sem alteração no quadro das colheitas e altíssimos níveis de produção de grãos, atualmente.
- (B) área agrícola explorada relativamente pequena e grandes extensões de terras virgens.
- (C) exploração prevista de terras virgens e expansão da lavoura nas áreas já cultivadas.
- (D) uso reduzido de tecnologia no Brasil e atividade agrícola nos países desenvolvidos.
- (E) diversificação necessária de produtos agrícolas e aumento da quantidade de exportação.

35. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O Brasil é uma potência em matéria de produção agrícola, sendo possível projetar-se ainda mais na economia mundial.
- II. A ausência de investimentos, não só nacionais como também dos países mais ricos, impede que a produção de grãos no Brasil seja economicamente rentável.
- III. Problemas internos no país – conflitos no campo por posse de terras, condições das estradas em regiões produtoras, legislação inadequada – dificultam o desenvolvimento da agricultura.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

36. ... a safra brasileira de soja nos próximos anos deve ultrapassar a dos americanos...
(final do 1º parágrafo)

O pronome grifado na frase acima evita a repetição, no texto, da expressão

- (A) a área agrícola.
- (B) a potência do Brasil.
- (C) a segunda maior produção de soja.
- (D) a safra brasileira de soja.
- (E) a safra de soja.

37. Uma mudança nesse quadro possibilitaria ganhos expressivos para o país.
(meio do 1º parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada acima, considerando-se o contexto, assinala um fato

- (A) que acontece habitualmente.
- (B) possível, a partir de uma condição anterior.
- (C) anterior a outro, já passado.
- (D) incerto, difícil de ser realizado.
- (E) que decorre de um desejo irrealizável.

38. Temos o maior rebanho comercial bovino...
(meio do 1º parágrafo)

A frase do texto cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento daquele que está grifado acima é

- (A) ... ainda não está claro...
- (B) Isso se deve ao fato de que...
- (C) ... a colheita atingiu 120 milhões de toneladas...
- (D) ... se transformou em seu setor mais dinâmico.
- (E) ... as estradas são precárias...

39. A concordância está feita corretamente na frase:

- (A) Grandes extensões de terras, antes improdutivas, no mundo todo, foi transformado num vasto celeiro.
- (B) O clima de muitos países, como por exemplo Rússia e Canadá, oferecem sérias restrições à agricultura.
- (C) Uma grande parte das terras brasileiras estão cobertas pela floresta amazônica, o que a tornam impraticáveis para a lavoura.
- (D) O Brasil ainda possui terras que podem ser destinadas à agricultura, uma área equivalente ao território da França e ao da Espanha somados.
- (E) Resta ainda no Brasil milhões de hectares, que constitui uma das maiores reservas de terras agrícolas do planeta.

Atenção: As questões de números 40 a 45 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Segundo definição consagrada, lei é uma disposição de ordem geral, emanada de autoridade competente e imposta, coercitivamente, à obediência de todos. A medida provisória, reconhecida na constituição brasileira de 1988 e cujas características não indicam o caráter excepcional que tinha em sua origem francesa, equipara-se à lei. Em casos de urgência ou de interesse público relevante, desde que não haja aumento de despesa, o presidente da república pode expedir medidas provisórias sobre as matérias de segurança nacional, finanças públicas, normas tributárias e sistema monetário.

Nem todas as leis têm a mesma qualidade. Existe uma hierarquia, além de diferenças que as fazem gravitar em campo próprio. A lei constitucional – norma constitucional e emenda integrada na constituição – domina todas as demais leis: sem a conformidade a ela, as leis comuns (ordinárias e complementares) são nulas. Há leis de ordem pública, as quais todas as pessoas devem observar, independentemente de sua vontade. Outras, permissivas, só vigoram se os interessados não declaram sua vontade em sentido contrário.

Onde a lei não impõe uma conduta obrigatória, o indivíduo exerce livremente sua atividade. O poder público só pode intervir na esfera individual mediante uma lei que o autorize. Essa garantia de caráter institucional se expressa pelo princípio da legalidade. A lei, depois de publicada, torna-se obrigatória, sem que ninguém possa negar-lhe cumprimento, alegando que não a conhece, pois para que a ordem jurídica tenha real vigência é forçoso supor o conhecimento geral da lei. Em direito penal, por aplicação da mesma regra, entende-se que a ignorância ou errada compreensão da lei não eximem de pena.

(Adaptado do verbete **Direito**. **Nova Enciclopédia Barsa**. 6. ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2002, vol. 5, p. 197-198)

<p>40. De acordo com o texto, o princípio da legalidade</p> <p>(A) impõe limites à atuação do poder público em relação à atividade individual.</p> <p>(B) permite ao Presidente da República expedir medidas provisórias sobre qualquer assunto.</p> <p>(C) estabelece as diferenças de qualidade existentes nas leis, determinando sua hierarquia.</p> <p>(D) admite a possibilidade de haver opiniões divergentes em relação à aplicação das leis.</p> <p>(E) possibilita inocentar alguém por descumprir uma lei cuja publicação ele desconhece.</p>	<p>44. ... o indivíduo exerce livremente sua atividade. (início do 3º parágrafo)</p> <p>Transpondo a frase acima para a voz passiva, obtém-se a forma verbal</p> <p>(A) exercerá.</p> <p>(B) é exercida.</p> <p>(C) pode exercer.</p> <p>(D) terá exercido.</p> <p>(E) terá como exercer.</p>
<p>41. Segundo o texto, a condição essencial da vigência de uma lei é</p> <p>(A) incluir-se nesta uma hierarquia baseada no assunto regulamentado.</p> <p>(B) ter esta emanado da autoridade competente.</p> <p>(C) ser esta de conhecimento possível a todos os cidadãos.</p> <p>(D) manter nela seu caráter excepcional.</p> <p>(E) permitir sua equiparação à medida provisória.</p>	<p>45. Recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica na palavra obediência:</p> <p>(A) <i>provisória e princípio.</i></p> <p>(B) <i>caráter e público.</i></p> <p>(C) <i>ordinárias e ninguém.</i></p> <p>(D) <i>ignorância e só.</i></p> <p>(E) <i>além e monetário.</i></p>
<p>42. ... mediante uma lei que <u>o</u> autorize. (início do 3º parágrafo)</p> <p>Considerando-se o contexto, é correto afirmar que, na frase acima, o pronome grifado está no lugar de:</p> <p>(A) o indivíduo a exercer livremente sua atividade.</p> <p>(B) o interessado a declarar sua vontade.</p> <p>(C) o presidente da república a expedir medidas provisórias.</p> <p>(D) uma lei constitucional a revogar outra, comum.</p> <p>(E) o poder público a intervir na esfera individual.</p>	<p>46. A difusão das novas tecnologias trouxe problemas e impasses, relativos, principalmente, privacidade dos indivíduos e seu direito informação.</p> <p>As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) à - à - à</p> <p>(B) à - à - a</p> <p>(C) à - a - à</p> <p>(D) a - a - à</p> <p>(E) a - à - à</p>
<p>43. ... as leis comuns (ordinárias e complementares) são nulas. (final do 2º parágrafo)</p> <p>O emprego dos parênteses indica, no texto,</p> <p>(A) repetição desnecessária da frase anterior.</p> <p>(B) comentário sem valor no contexto.</p> <p>(C) hesitação em concluir o pensamento.</p> <p>(D) presença de um segmento explicativo.</p> <p>(E) citação exata de um documento.</p>	<p>47. O verbo grifado está corretamente flexionado na frase:</p> <p>(A) Um dispositivo legal <u>preveu</u> a detenção do suspeito e a apreensão do material contrabandeado.</p> <p>(B) Aquelas decisões judiciais, embora polêmicas, <u>baseiaram-se</u> nos depoimentos constantes do processo.</p> <p>(C) Policiais <u>deteram</u> os envolvidos no conflito, para o necessário esclarecimento dos fatos.</p> <p>(D) Diante da situação caótica, <u>imporam-se</u> algumas medidas de caráter excepcional.</p> <p>(E) <u>Sobrevieram</u> certas reações inesperadas da população, diante dos fatos divulgados pela imprensa.</p>

48. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:

- (A) No final do século XX, a expressão “direitos humanos” assumiu o significado exato de direitos do homem, de acordo com a formulação, nas últimas décadas do século XVIII, das revoluções francesa e americana.
- (B) Na Declaração Universal dos Direitos Humanos consubstanciam-se todos os direitos políticos e civis tradicionalmente enfechados nas constituições democráticas, reafirmando a fé na dignidade da pessoa humana.
- (C) A concepção de direitos humanos sofreu grande evolução no curso da História, tendo havido sempre uma íntima correlação entre a idéia de lei natural e a dos direitos naturais do homem.
- (D) Direitos humanos é a designação genérica dos direitos que dizem respeito diretamente ao indivíduo, em decorrência de sua condição humana, em consonância com a lei geral.
- (E) O documento reconhece a proteção aos homens contra a prisão arbitrária, preservando a liberdade de pensamento, consciência e opinião, e enumera os direitos econômicos e os do trabalhador.

- 50. (A) O desenvolvimento dos automóveis se tornaram acelerados com os motores de combustão interna que muitos inventores usaram como protótipos para veículos automotivos, disponíveis com as máquinas a vapor de dimensões reduzidas e confiáveis.
- (B) As dimensões confiáveis das máquinas à vapor, por ser reduzidas, se tornaram disponíveis para muitos inventores, mas que usaram os motores de combustão interna nos veículos com o desenvolvimento tecnológico dos automóveis, acelerados.
- (C) Enquanto que as máquinas a vapor reduziram suas dimensões, mais confiáveis, muitos inventores, com seus protótipos e com seus motores de combustão interna, que acelerou o desenvolvimento tecnológico dos veículos automotivos.
- (D) Quando máquinas a vapor confiáveis e de dimensões reduzidas se tornaram disponíveis, muitos inventores procuraram adaptá-las a protótipos de veículos automotivos, mas foram os motores de combustão interna que aceleraram o desenvolvimento tecnológico dos automóveis.
- (E) As máquinas à vapor, que se tornou de dimensões reduzidas e confiáveis, ficaram disponíveis, foi adaptado a protótipos de automóveis, que só com motores de combustão interna que aceleraram o seu desenvolvimento.

Instruções: Para responder às questões de números 49 e 50, assinale, na folha de respostas, a alternativa cuja frase está redigida com clareza e correção.

- 49. (A) A lei permanece em vigor até que outra a modifique ou revogue, podendo ocorrer também a cessação de uma lei quando se extingue a situação que ela disciplina.
- (B) Se extingue a eficácia de uma lei quando a lei nova declara a sessão da lei anterior ou quando a situação dessa lei acaba, não havendo o que disciplinar por ela mesma.
- (C) Se uma lei é nova, declara-se seus efeitos quando cessa a lei anterior à ela, acabando sua eficácia se extingue a situação por ela disciplinada anteriormente.
- (D) O vigor de uma lei permanece se ela não declara que cessa os efeitos da outra anterior, ou quando a situação que ela está disciplinando se acaba, também.
- (E) Até que uma lei modifique à outra, revogando-lhe, essa está permanecendo em vigor, ou quando cessa a situação que ela disciplina, acabando com a lei referente.

- 51. Uma pessoa aplicou certo capital a juro simples de 4% ao mês. Ao final de 1 ano, retirou o montante e dividiu-o entre seus três filhos, na razão direta de suas respectivas idades: 9, 12 e 15 anos. Se o mais jovem recebeu R\$ 333,00 a menos que o mais velho, o capital aplicado foi
 - (A) R\$ 1 200,00
 - (B) R\$ 1 250,00
 - (C) R\$ 1 300,00
 - (D) R\$ 1 350,00
 - (E) R\$ 1 400,00

- 52. Certo mês, um técnico judiciário trabalhou durante 23 dias. Curiosamente, ele observou que o número de pessoas que atendera a cada dia havia aumentado segundo os termos de uma progressão aritmética. Se nos cinco primeiros dias do mês ele atendeu 35 pessoas e nos cinco últimos 215, então, o total de pessoas por ele atendidas nesse mês foi
 - (A) 460
 - (B) 475
 - (C) 515
 - (D) 560
 - (E) 575

53. Num dado momento, no almoxarifado de certa empresa, havia dois tipos de impressos: A e B. Após a retirada de 80 unidades de A, observou-se que o número de impressos B estava para o de A na proporção de 9 para 5. Em seguida, foram retiradas 100 unidades de B e a proporção passou a ser de 7 de B para cada 5 de A. Inicialmente, o total de impressos dos dois tipos era

- (A) 780
- (B) 800
- (C) 840
- (D) 860
- (E) 920

54. Hoje, dois técnicos judiciários, Marilza e Ricardo, receberam 600 e 480 processos para arquivar, respectivamente. Se Marilza arquivar 20 processos por dia e Ricardo arquivar 12 por dia, a partir de quantos dias, contados de hoje, Marilza terá menos processos para arquivar do que Ricardo?

- (A) 12
- (B) 14
- (C) 16
- (D) 18
- (E) 20

55. Suponha que o custo, em reais, de produção de x unidades de certo artigo seja calculado pela expressão $C(x) = -x^2 + 24x + 2$. Se cada artigo for vendido por R\$ 4,00, quantas unidades deverão ser vendidas para que se obtenha um lucro de R\$ 19,00?

- (A) 18
- (B) 21
- (C) 25
- (D) 28
- (E) 30

56. Considere os seguintes pares de números:

(3,10) (1,8) (5,12) (2,9) (4,10)

Observe que quatro desses pares têm uma característica comum. O único par que não apresenta tal característica é

- (A) (3,10)
- (B) (1,8)
- (C) (5,12)
- (D) (2,9)
- (E) (4,10)

57. Observe a figura seguinte:



Qual figura é igual à figura acima representada?

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

Instruções: Para responder à questão de número 58, observe o exemplo abaixo, no qual são dados três conjuntos de números, seguidos de cinco alternativas.

$$\frac{3 \quad 4}{12} \qquad \frac{1 \quad 5}{11} \qquad \frac{2 \quad 8}{x}$$

- (A) 10
- (B) 12
- (C) 13
- (D) 15
- (E) 18

O objetivo da questão é determinar o número x que aparece abaixo do traço no terceiro conjunto.

No primeiro conjunto, acima do traço, têm-se os números 3 e 4, e, abaixo, o número 12. Note que o número 12 é resultado de duas operações sucessivas: a adição dos números acima do traço ($3 + 4 = 7$), seguida da adição de 5 à soma obtida ($7 + 5 = 12$).

Da mesma forma, foi obtido o número 11 do segundo conjunto: $1 + 5 = 6$; $6 + 5 = 11$.

Repetindo-se a seqüência de operações efetuadas nos conjuntos anteriores com os números do terceiro conjunto, obtém-se o número x, ou seja, $2 + 8 = 10$; $10 + 5 = x$. Assim, $x = 15$ e a resposta é a alternativa (D).

Atenção: Em questões desse tipo, podem ser usadas outras operações, diferentes das usadas no exemplo dado.

58. Considere os conjuntos de números:

$$\frac{8 \text{---} 3}{25} \quad \frac{10 \text{---} 2}{64} \quad \frac{7 \text{---} 3}{x}$$

Mantendo para os números do terceiro conjunto a seqüência das duas operações efetuadas nos conjuntos anteriores para se obter o número abaixo do traço, é correto afirmar que o número x é

- (A) 9
- (B) 16
- (C) 20
- (D) 36
- (E) 40

59. Seis rapazes (Álvaro, Bruno, Carlos, Danilo, Elson e Fábio) conheceram-se certo dia em um bar. Considere as opiniões de cada um deles em relação aos demais membros do grupo:

- Álvaro gostou de todos os rapazes do grupo;
- Bruno, não gostou de ninguém; entretanto, todos gostaram dele;
- Carlos gostou apenas de dois rapazes, sendo que Danilo é um deles;
- Danilo gostou de três rapazes, excluindo-se Carlos e Fábio;
- Elson e Fábio gostaram somente de um dos rapazes.

Nessas condições, quantos grupos de dois ou mais rapazes gostaram um dos outros?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

60. Sabe-se que um número inteiro e positivo N é composto de três algarismos. Se o produto de N por 9 termina à direita por 824, a soma dos algarismos de N é

- (A) 11
- (B) 13
- (C) 14
- (D) 16
- (E) 18